

A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO SOCIAL COM ADOLESCENTES EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rayany das Graças Silva Correia¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências humanas

RESUMO

O Sistema Único de Assistência Social é um sistema a fim de promover programas e projetos, oferece serviços que irão beneficiar a população no enfrentamento em meio as dificuldades que elas se encontram naquele momento, relacionadas a pobreza, a falta de acesso em serviços públicos, problemas familiares ou de discriminação. O objetivo deste trabalho é compreender como são realizados os trabalhos de proteção social através do projeto com adolescentes em situação de vulnerabilidade no CRAS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia da Faculdade Univértix, foi realizado através de observação. Os resultados enfatizam a necessidade da oferta de redes e ações sociais voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente da condição de pobreza e ou cujos direitos estejam ameaçados.

PALAVRAS-CHAVE: SUAS; CRAS; adolescentes; proteção social.

INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (2017), o SUAS - Sistema Único de Assistência Social é um sistema a fim de promover programas e projetos, oferece serviços que irão beneficiar a população no enfrentamento em meio as dificuldades que elas se encontram naquele momento, relacionadas a pobreza, a falta de acesso em serviços públicos, problemas familiares ou de discriminação, etc. O SUAS se estrutura em uma rede de proteção social, podendo ser básica ou especial, com o objetivo principal de garantir os direitos dos cidadãos com a elaboração e a prática de tais

¹ Acadêmica de Psicologia da Univértix – Centro Universitário

² Psicóloga, Mestre em Educação. Professora da Univértix – Centro Universitário

projetos que fazem jus as necessidades da população e a efetivação de seus direitos.

É importante ressaltar, que todos os projetos e serviços oferecidos são realizados por profissionais especializados na área como psicólogos, pedagogos, educadores sociais, assistentes sociais, entre outros, que juntos com a Assistência Social, formam uma rede de unidades públicas, conhecidas como CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social, ambos possuem suas particularidades, mas, buscam entender a situação problema para orientar o paciente da melhor forma possível e assim, promover uma melhor qualidade de vida a este (BRASIL, 2017).

De modo geral, o SUAS, e suas unidades são de extrema importância ao combate das desigualdades sociais, ao passo que suas medidas preventivas ou de proteção, em prol de garantir os direitos humanos que todos possuem, permitem que pessoas carentes e aquelas que se encontram em situações de vulnerabilidades possam ter esperança em uma qualidade de vida melhor e digna como deve ser (BRASÍLIA, 2009).

O trabalho em questão justifica-se advindo de uma experiência de estágio do curso de psicologia na qual acompanhamos um trabalho com adolescentes do sexo feminino em situação de vulnerabilidade social. Vários questionamentos foram surgindo e entre estes, qual seria a compreensão e mudanças na vida desses adolescentes, quando participam de projetos sociais com intuito de fortalecimento de vínculos?

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender como são realizados os trabalhos de proteção social através do projeto com adolescentes em situação de vulnerabilidade no CRAS.

Nossa hipótese para essa questão é que, as possibilidades vivências em grupo e com profissionais capacitados ao lidar com as vulnerabilidades e suas famílias, podem ser significativas na experiência de vida dessas adolescentes.

Trabalhos como este são importantes para compreensão da atuação do profissional de psicologia especificamente no que se refere a psicologia social, assim como poder apresentar as diversas possibilidades de trabalhos como garantia de direitos e efetivação das políticas públicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Brasília (2009), o CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem como intuito prevenir episódios que coloquem um indivíduo em situação de vulnerabilidades e risco sociais, através de projetos e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em comemoração aos “ 10 anos do SUAS”, foi lançado uma cartilha em que enfatiza o atendimento do CRAS a qualquer cidadão brasileiro que estiver em situação de vulnerabilidade social, pobreza, e/ou acesso precário a serviços públicos (BRASIL, 2015).

O CRAS deve estar localizado em áreas onde hajam situações de vulnerabilidade e risco social constante. Todavia, a Norma Operacional Básica/SUAS (2005), reconhece que fazer diagnóstico perante esses aspectos é uma tarefa complexa, principalmente na obtenção de informações sociais intraurbanas municipais. Deste modo a NOB/SUAS, admite que o CRAS seja instalado especialmente em territórios nos quais a maior parte das famílias possuam renda per capita mensal de 1/3 salário mínimo, vez que situações de vulnerabilidade social podem ser facilmente agravadas devido o empobrecimento familiar, considerando o desprovimento de serviços ofertados a este setor (BRASIL, 2009).

Segundo Brasil (2015), o espaço físico é um importante fator para a garantia desses direitos serem assegurados. É de extrema relevância que a infraestrutura e os ambientes ofertados sejam adequados à proposta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, possibilitando o desenvolvimento das ações previstas por este serviço. Em contrapartida, o imóvel seja alugado ou não, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos. Conforme previsto na Resolução da Comissão Intergestores Tripartite Nº 06 de 01 de julho de 2008, não é

permitido que esta unidade pública estatal seja implantada em associações comunitárias e ONG's. Também não é admitido o compartilhamento de espaço físico do CRAS com estruturas administrativas, tais como secretarias municipais de assistência social ou outras secretarias municipais e/ou estaduais, prefeituras, subprefeituras, entre outras.

Segundo Brasília (2009), o CRAS deve assegurar às famílias usuárias de seus serviços os direitos socioassistenciais como a escuta, informação, defesa, proteção social, encaminhamentos, ter protegida sua privacidade, sua identidade e singularidade preservadas, assim como respeito a sua história entre outros.

Insta destacar que conforme disposto na cartilha "SUAS 10 anos", o público atendido pelo CRAS é muito diversificado e atende crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência, pessoas que sofreram violência, além de pessoas inseridas no cadastro único e que se encontram em vulnerabilidade no momento em questão (BRASIL, 2015).

No entanto, destacamos aqui o atendimento ao público adolescente, que segundo a lei nº 12.010, de 2009, do ECA – Estatuto da criança e do adolescente são asseguradas ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes. Brasil (2019) traz a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. A família, a sociedade e Estado devem garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência.

De acordo com Erikson (1976), a partir da famosa expressão "crise de identidade", associa-se o período da adolescência a constantes lutas psicológicas inerentes à formação da identidade. A este respeito, o psicólogo escreve:

É um período da vida em que o corpo muda radicalmente de proporções, a puberdade genital muda o corpo e a imaginação com toda espécie de impulsos, a intimidade com o outro sexo se inicia e o futuro imediato o coloca diante de um número excessivo de possibilidades e escolhas

conflitantes [...] ele deve fazer uma série de seleções cada vez mais específicas de compromissos pessoais, ocupacionais, sexuais e ideológicos. (ERIKSON, 1968, p. 132).

Calligaris (2011) enfatiza que crescer, se tornar adulto não significa nenhuma promoção, e sim consiste em sair do ideal de todos para se tornar um adulto que sonha com a adolescência. Papalia (2013) descreve a fase adolescência como uma transição no desenvolvimento entre a infância e a vida adulta que impõe grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais, assumindo formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.

No entanto, nem todos os modelos traduzem essa liberdade. O dicionário Aurélio (2009) nos mostra que o termo se refere ao "período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas".

Ademais, Sales (2007), afirma que a infância e adolescência compreende uma questão social, logo está articulada com os demais desafios societários do país como a vulnerabilidade social que em si é um problema que afeta todos os envolvidos no contexto, quando se remete às crianças e adolescentes, tende a trazer um olhar preocupante por parte de alguns setores, devido à possível falta de perspectiva de vida que muitas vezes é gerada.

Gomes e Pereira (2005) posicionam a condição socioeconômica como o fator implicante nas relações familiares conflituosas, pois resulta em uma falta de perspectivas de futuro e de qualidade de vida, gerando crises à família em condição de pobreza, logo, muitas vezes precipita a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de se inserir precocemente nas atividades laborais para ajudar na renda familiar.

Ao considerar que a adolescência como um período da vida de mudanças conflitantes nos aspectos físicos e psicológicos, afirmamos como uma fase que merece atenção especial às demandas desse processo, principalmente na questão da vulnerabilidade (VALLE & MATOS, 2011).

Silva (2019), destaca que há infinitas condições de risco proporcionadas pela vivência em vulnerabilidade social que prejudicam desenvolvimento do público adolescente, fatores ligados à falta de alimentação, educação e relações familiares conturbadas, contribuem para o surgimento de problemáticas no campo físico, psíquico e ou social e, portanto, a iminência de violação de seus direitos. Desde modo, o ECA (1990) impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de respeitá-los com a mais absoluta prioridade, colocando-os a salvo de qualquer forma de discriminação ou opressão.

Assim, tomando como categoria o desenvolvimento infanto-juvenil, e mais precisamente os projetos de vida público adolescente inserido num contexto de vulnerabilidade social, é considerável que as vivências ali experienciadas influenciam em suas escolhas para a vida, devido a esses aspectos, faz-se necessário a elaboração de projetos de proteção social pelas redes de apoio da Assistência Social, a fim de sanar os riscos ocasionados pela vulnerabilidade (SILVA, 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada em um CRAS na Zona da Mata Mineira. Godoy (1995) afirma que estudos qualitativos são realizados através do contato direto e prolongado do pesquisador em interação com o campo, ou seja, com lugares e pessoas, com o intuito de compreender como os fenômenos interpessoais que afetam a situação que está sendo estudada.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia da Faculdade Univértix. Foi realizado através de observação através do acompanhamento com a psicóloga do serviço e outras profissionais em ações e projetos de proteção social, visitas domiciliares, atendimentos em busca de benefícios, oficinas de lazer e conversas sobre os respectivos serviços oferecidos pela instituição.

Segundo DANNA & MATTOS (2011), a observação é utilizada para coletar dados acerca do comportamento e da situação ambiental. É relevante mencionar que ao longo do avanço da psicologia o método de observar tem se mostrado o instrumento mais satisfatório durante a amostra de dados que irão responder informações oriundas sob a influência de dados pertinentes que estão acontecendo na realidade observada, e não sob uma perspectiva das suposições levantadas pelo observador, logo, este método possibilita uma melhor compreensão da natureza e das ações transformadoras mais eficazes.

O CRAS observado fica localizado em um município da Zona da Mata Mineira, e sua infraestrutura é composta por 01 sala para recepção, 02 banheiros adequados para pessoas com necessidades especiais, 01 sala para atendimento psicológico, 02 salas para as assistentes sociais, 01 cozinha, 01 sala de coordenação, 01 dispensa, 01 sala de oficinas e um corredor que dá acesso às demais salas. Devido o ambiente ser pequeno em relação a demanda de serviços ofertados, o CRAS conta com a extensão, o Centro de Convenção da Melhor Idade para a realização de oficinas e projetos do CRAS, localizado no centro do município onde a vulnerabilidade é amena, ou seja, distante da localização da sede do CRAS.

O Centro de Referência conta com equipe de 01 psicóloga, 01 pedagoga, 02 assistentes sociais, 01 coordenadora, 02 oficinairas, 01 recepcionista e 03 auxiliares de serviços gerais. A observação foi realizada entre os meses de agosto a outubro de 2021, no período de quatro horas durante 10 dias. A observação acontecia de forma sistemática, onde acompanhávamos o trabalho da Psicóloga, da Pedagoga e/ou professoras de pintura e dança.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como proposta para os resultados e discussões acompanhamos o trabalho realizado com adolescentes do sexo feminino com idade entre 14 e 15 anos em um projeto denominado “Meus 15 anos”, uma proposta da Secretaria de Assistência Social e o CRAS com apoio da Prefeitura Municipal e com objetivo de:

Proporcionar à adolescentes que estão prestes a completar ou que tenham completado no ano em vigor do projeto, 15 anos, a fim de adquirirem experiências futuras, através do acompanhamento de proteção social básica e desenvolvimento de possibilidades futuras para que, tendo consciência de si e de sua cidadania atual, interajam no contexto em que vivem promovendo a conquista de transformações pessoais e sociais e conseqüentemente a melhoria de da qualidade (PSICÓLOGA DO CRAS).

Na realização do projeto são realizados cinco encontros, com temas como autoconhecimento, autoestima, sexualidade e gravidez na adolescência, gerenciamento das emoções e sonhos: o que eu quero ser quando crescer? Cada participante ganhou uma pasta onde há a imagem de um jogo de tabuleiro, com várias paradas que representam os encontros, nos quais em cada um há uma dinâmica e uma missão a ser cumprida para que possam ganhar prêmios (um balde de guloseimas, sessão de fotos, kits de cabelo da bio extratos e toalhas com nomes bordados) ainda, como última ação do projeto, haverá uma festa de 15 anos caso a pandemia tenha amenizado ou como segunda opção um kit festa para comemorar em casa com a família.

Com a finalidade de prevenir ou minimizar os impactos dos contextos de vulnerabilidade e pobreza, o Estado através da Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005) oferece redes e ações sociais voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente da condição de pobreza e ou cujos direitos estejam ameaçados. Um dos tipos de proteção é a chamada Proteção Social Básica (PSB), que trabalha com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (CRONEMBERGUER & TEIXEIRA, 2015).

Em sua primeira edição no ano de 2019, o projeto durou cerca de 06 meses, porém, neste ano de 2021 devido a pandemia do Covid-19, a previsão de duração foi prevista para 03 meses. Acompanhamos o início do projeto que iniciou com uma apresentação do projeto para os pais e participantes, realizada pelos idealizadores do mesmo, abordando como seria essa experiência e também para tirar dúvidas do funcionamento aos pais. A psicóloga convidou um pai e uma ex-participante para

contar a experiência do projeto. Eles destacaram a importância que o projeto teve em suas vidas e disse ter sido um fator de mudança.

Juliano *et al.*, (2014) exemplifica que as redes de apoio como a proteção social são de extrema importância para as relações que uma pessoa estabelece na vida e que podem influenciar de forma significativa a definição da sua personalidade e o desenvolvimento. Segundo Brito e Koller (1999), a existência de vínculos e relações, o desempenho de diferentes papéis permitem que o indivíduo se desenvolva emocional e socialmente e obtenha mais recursos para sua satisfação e saúde mental.

Em seguida, acompanhamos o primeiro encontro com as adolescentes e o tema proposto foi autoconhecimento, a intenção da psicóloga neste momento foi deixar as adolescentes à vontade, sem predeterminar regras, para que pudesse observar o comportamento da turma e assim fazer as intervenções necessárias. Estavam presentes 15 anos adolescentes, estavam eufóricas, a maioria se conhecia por estudarem na mesma escola e grande parte ser do mesmo bairro. Observamos que neste encontro, uma falta de interesse em realizar as atividades propostas, estavam levando tudo na brincadeira, notamos que já haviam grupinhos formados e muitas brincadeiras com julgamentos foram feitas em relação as colegas, como por exemplo chamar a outra de “vaca”, na realização da atividade onde cada uma deveria colar em uma folha suas qualidades, fraquezas e excessos, ficavam fazendo chacota expressando que a opinião da colega não era verdadeira.

Sales (2007), afirma que a situação da adolescência compreende uma questão social, ou seja, está articulada com os demais desafios societários do país, consequentemente gera uma possível falta de perspectiva de vida.

No segundo encontro o tema proposto foi autoestima, presentes 15 participantes e para iniciar a psicóloga sugeriu que criassem algumas regras para uma melhorar a convivência. As participantes estavam mais ativas em relação ao primeiro encontro e destacaram regras como respeito e não fazer bullying com o outro. A psicóloga aplicou um teste de autoestima e apontou o resultado. As

estagiárias fizeram uma dinâmica com as adolescentes e finalizaram o encontro. Percebemos aqui, um amadurecimento muito grande pelas adolescentes, estavam mais focadas, participativas e entusiasmadas.

Como proposta para sequência do projeto, ficou combinado com as adolescentes uma sessão de fotos afim de melhorar a autoestima, também, um encontro individual com a psicóloga, permitindo um momento de escuta sobre as queixas e questões que muitas apresentam.

De acordo com Andrade e Morais (2017), escutar as famílias e demandas do campo da assistência social é desafiador, mas necessário, a fim de minimizar suas vulnerabilidades e enxergar suas potencialidades garantindo os direitos estabelecidos pelo ECA.

Zermerman (2000) considera a escuta de grupal mais indicada para os jovens pois além de proporcionar a identificação entre os pares, facilita o compartilhamento de sentimentos partindo de vivências semelhantes. O grupo com adolescentes pode promover o autoconhecimento, compreensão, alívio emocional além de gerir as emoções e favorecer a diminuição no uso de *actings*, com melhora na expressão dos sentimentos (VERZIGNAS-SE & TÉRZIS, 2008). A escuta em um trabalho de grupo pode levar a fala de um sujeito a produzir efeitos sobre o outro. Assim, propõe que os sujeitos envolvidos inspirados nos significantes dos outros, possam tomar a palavra e retirar-se de situações passivas, repetitivas, paralisantes (MORETTO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos como este projeto é importante e quanto pode agregar no desenvolvimento e futuro das participantes que muitas vezes por serem de um bairro vulnerável, não possuem muitas oportunidades de terem uma melhor qualidade de vida. Desenvolver a autonomia e o empoderamento em adolescentes vividas no contexto da vulnerabilidade é de extrema relevância para o desenvolvimento pessoal e social deste público.

Cabe ao psicólogo inserido no serviço social, acolher e entender a diversidade, trabalhando para elevar a promoção de direitos para aqueles que necessitam, empenhando-se em (re)constituir a autonomia e a subjetividade do sujeito que passa por situações de vulnerabilidade social. É necessário que enquanto profissional, trabalhemos com o intuito de desenvolver as potencialidades e habilidades sociais de cada um, a fim de fortalecer os laços grupais e vínculos familiares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A G. S.; MORAIS, N. A. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Abr/Jun. 2017 v. 37 n°2, 378-392. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6115607>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL, **Sistema Único de Assistência Social “Modo de Usar”**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, dezembro de 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1TNpwkq09wmLNXkp8HlymAfMRE5ReR43v/view?usp=drive_web&authuser=0. Acesso em 27 de ago. de 2021.

BRASIL. **SUAS 10 ANOS**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1j0Ylv1XfEty-uhweQlhzBnGS12Pkt876/view?usp=drivesdk>. Acesso em 02 de nov. de 2021.

BRASIL. **Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1ixRaqOcV0BJ35HUMhZQCXFbim_JYy6wm/view?usp=drivesdk. Acesso em 02 de nov. de 2021.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília, 2005. Acesso em 02 de nov. de 2021.

BRASÍLIA. Estatuto da **criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 19 de julho de 1990. Adendo, 2019. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1Ulsui9ILa5jaihFedAoQJJlo4Demboyo/view?usp=drive_sdk. Acesso em 12 de nov. de 2021.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. *In*: CARVALHO, Alysso Massote (org.). **O mundo social da criança**: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/349536000/A-Adolescencia-Contardo-Calligaris>. Acesso em 02 de nov. de 2021.

COUTINHO, L. G. *et al.* **Ideais e identificações em adolescentes de Bom Retiro**. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 33-39, 2005.

DANNA, Marildá Fernandes. MATTOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. 2.ed. - São Paulo : EDICON, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QHD7S4BXoWMNLhjtXXbXv3R1wNeD4K6z/view?usp=>. Acesso em 02 de nov. de 2021

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/240882030/Erik-Erikson-Identidade-Juventude-e-Crise>. Acesso em 12 de nov. de 2021.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. Ed. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://aurelioservidor.educacional.com.br/download>. Acesso em 13 de nov. de 2021.

GODOYY, Arilda Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em 02 de nov. de 2021.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho e YUNES, Maria Angela Mattar. **Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência**. *Ambiente & Sociedade* [online]. 2014, v. 17, n. 3 . Acesso em: 19 nov. de 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>>. Epub 29 Out 2014. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>.

MORETTO, C. C. **Experiências com um grupo de adolescentes**: um estudo psicanalítico. (Tese de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Campinas, PUC-Campinas, SP), 2012.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... *et al.*]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : AMGH, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SFInoxliJvByrTTeOcgybXuqVH2AB3S2/view?usp=drivesdk>. Acesso em 02 de nov. de 2021.

SALES, M. A. (2007). **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez.

SILVA, Aline Juliana Nunes da; COSTA, Rafaela Rocha da; NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 2, p. 1-17, jun. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 nov. 2021.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Adolescência: as contradições da idade. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 87, p.321-323, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862011000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 nov. 2021.

VERZIGNAS-SE & TÉRZIS. **Revista da SPAGESP** - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Jul.-Dez. 2007, Vol. 8, No. 2, pp. 33-41. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v8n2/v8n2a05.pdf>> Acesso em 19 de nov. de 2021.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupo terapias**. Porto Alegre: Artmed, 2000.